

<p>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>	
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">43207916573</p>	<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</p>	<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RS2201800183282

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

PORTO ALEGRE
Local

19 Setembro 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ ____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ ____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da ____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4850820 em 25/09/2018 da Empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., Nire 43207916573 e protocolo 183877284 - 18/09/2018. Autenticação: E3D6341E383FE2DD8B3E11AA115641442322889D. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 18/387.728-4 e o código de segurança uXFR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/09/2018 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL



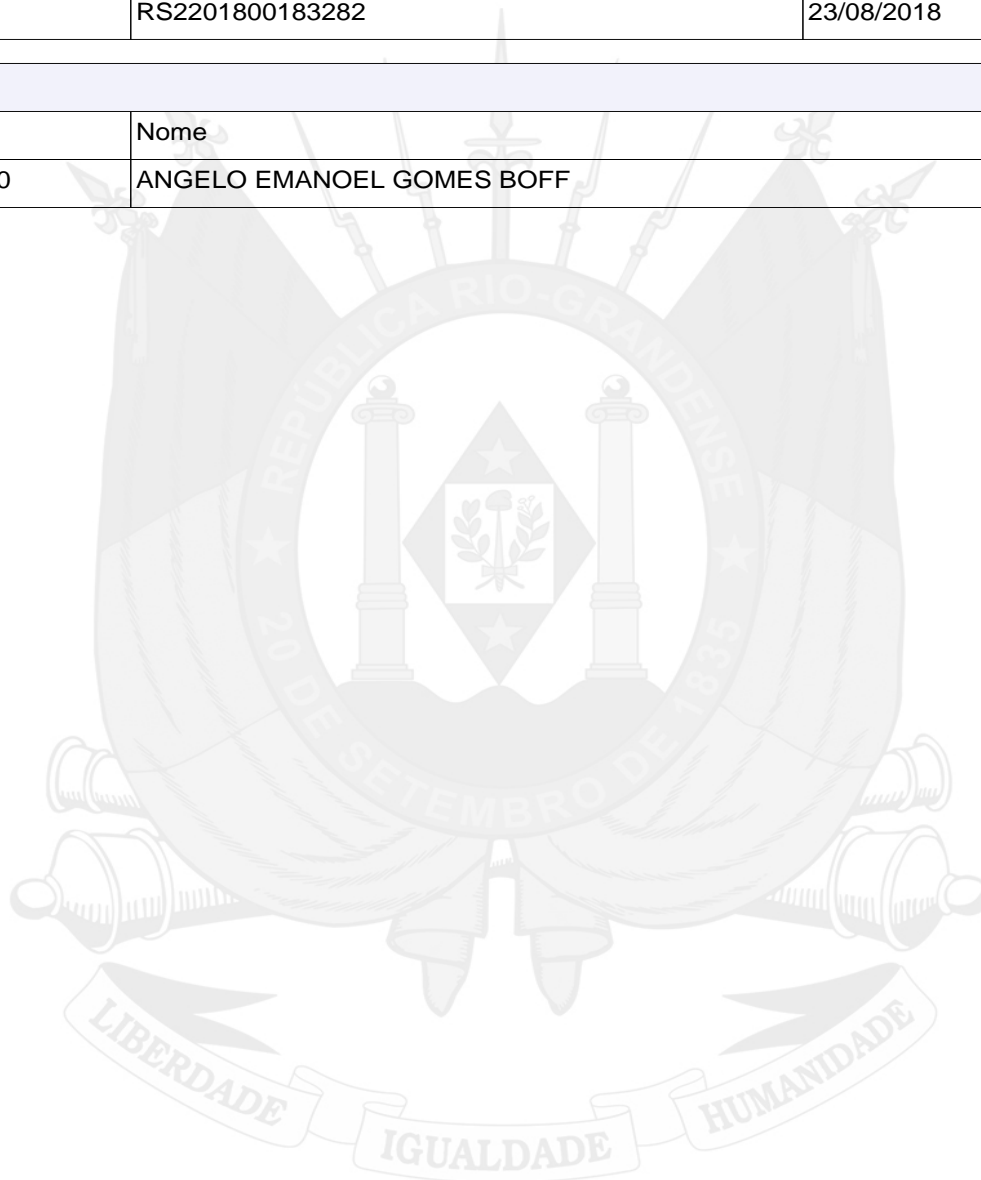
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Número do	Número do Processo Módulo	Data
18/387.728-4	RS2201800183282	23/08/2018

CPF	Nome
007.345.110-00	ANGELO EMANOEL GOMES BOFF



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4850820 em 25/09/2018 da Empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., Nire 43207916573 e protocolo 183877284 - 18/09/2018. Autenticação: E3D6341E383FE2DD8B3E11AA115641442322889D. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 18/387.728-4 e o código de segurança uXFR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/09/2018 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/19

CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.

CNPJ/MF 24.199.154/0001-12
NIRE (JUCERGS) 43 2 0791657 3

TERCEIRA (3ª) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA. - sociedade empresária limitada, com sede na Av. Carlos Gomes, 466, Sala 501 C, Bairro Auxiliadora, CEP 90480-000, Porto Alegre (RS), CNPJ/MF 20.539.925/0001-12, com Contrato Social devidamente arquivado na JUCIS/RS sob nº de NIRE 43 2 0785896 4, em 29.09.2015, com última alteração registrada sob nº 4754442 em 21/05/2018, neste ato representada por seus Diretores: WAGNER GIOVANINI, brasileiro, natural de Rio das Pedras (SP), nascido em 27.01.1963, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Carapicuíba (SP), na Rua Capitão Américo Duarte, 384, Bairro Palos Verdes, CEP 06345-070, CI/RG 9.587.239 (SSP/SP) e CPF/MF 090.732.418-55 e DIEGO SOUZA GALVÃO, brasileiro, natural de Porto Alegre (RS), nascido em 23.11.1981, casado pelo regime de separação total de bens, advogado, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Alameda Alceu Wamosy, 166, apto. 1001, Bairro Três Figueiras, CEP 91340-300, CI/RG 2049331156 (SSP/RS) e CPF/MF 984.702.640-87 e ANGELO EMANOEL GOMES BOF, brasileiro, natural de Porto Alegre (RS), nascido em 05/06/1984, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Avenida Lajeado, 1256, Bloco B, apto. 701, Bairro Petrópolis, CEP 90460-110, CI/RG 9049771448 (SSP/RS) e CPF/MF 007.345.110-00.

Único sócio da sociedade empresária limitada denominada de **CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.**, sita em Porto Alegre (RS), à Avenida Carlos Gomes, 466, sala 501-B, Bairro Auxiliadora, CEP 90480-000, CNPJ/MF 24.199.154/0001-12, com seus atos constitutivos arquivados na JUCIS/RS sob nº de NIRE 43 2 0791657 3, em 18.02.2016 e última alteração sob nº 4754442 em 21/05/2018; RESOLVE, alterar e consolidar o seu Contrato Social mediante as cláusulas e condições que a seguir descritas:

1 - ADMITIR na sociedade o interessado **MARCELO BOROWSKI GOMES**, brasileiro, natural de Londrina/PR, nascido em 11/06/1967, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, professor, portador da Carteira de Identidade SSP/PR 3.487.188.4 e inscrito no CPF sob o nº 629.044.509-04, residente e domiciliado em Alameda Gregório Bogossian Sobrinho nº 80 - Casa 76 no Bairro Tamboré V em Santana de Parnaíba/SP, CEP 06543-385.

2 - A sócia **COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.**, acima qualificada, cede e transfere, por venda, ao sócio ingressante, **MARCELO BOROWSKI GOMES**, acima qualificado, pelo preço certo e determinado de R\$ 1.000,00 (Um mil Reais) correspondendo a 1.000 (uma mil) cotas, representando 1% do Capital Social; e em consequência



3 - Altera o Capítulo II Cláusula Quinta do Capital Social, dando-lhe a seguinte nova redação:

Cláusula Quinta - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), representado por 100.000 (cem mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, que está assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Cotas	%	Valor
COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	99.000	99	99.000,00
MARCELO BOROWSKI GOMES	1.000	1	1.000,00
Total	100.000	100	100.000,00

§1º - Os sócios têm direito de preferência na subscrição dos aumentos de capital da sociedade. A reunião que deliberar o aumento do capital deverá estabelecer um período, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício desse direito de preferência. O não exercício do direito até 30 (trinta) dias após a deliberação, importa em renúncia tácita.

§2º - Se o aumento de capital não for totalmente subscrito dentro do período inicial para subscrição conforme acima mencionado, os sócios que tiverem exercido integralmente o direito de preferência e pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras, deverão automaticamente ter um período adicional de 30 (trinta) dias para o exercício deste direito quanto às cotas não subscritas, que serão rateadas proporcionalmente à sua participação societária, não se computando para esse efeito a participação dos sócios que não exercerem o direito de preferência.

§3º - Em havendo concorrência de interesse, o rateio obedecerá a proporção das participações dos interessados no Capital Social. Eventuais cotas não integralizadas no prazo serão tratadas como sobras.

4 - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

4.1 - Visando em um único instrumento unificar as normas societárias internas, inclusive as que serão alteradas por força das deliberações acima, que regem a sociedade, respeitadas as leis próprias e, subsidiariamente, aplicando, nas eventuais omissões do Contrato Social, as disposições da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, **Deliberaram** os sócios, por unanimidade, respeitados os direitos de terceiros, **CONSOLIDAR** o Contrato Social, na forma que abaixo se transcreve.



CONTRATO SOCIAL DE CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.

CAPÍTULO I **DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FORO, FILIAIS E DURAÇÃO**

Cláusula Primeira - A sociedade gira sob a denominação de **CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA.**

Cláusula Segunda - A sociedade tem sede e foro em Porto Alegre (RS), na Avenida Carlos Gomes, 466, sala 501-B, Bairro Auxiliadora, CEP 90480-000, podendo a sociedade, a qualquer tempo e mediante alteração do Contrato Social, abrir e fechar filiais, atribuindo-lhes capital autônomo para os fins de direito.

Cláusula Terceira - Os sócios declaram, conforme determina a lei, que o início das atividades da sociedade foi em **15 de dezembro de 2015**, e que o prazo de duração da mesma é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta - Tem a sociedade o seguinte objeto social: consultoria em *compliance* para o mercado corporativo, visando a implementação de programas de integridade, bem como a realização de treinamentos presenciais da matéria.

CAPÍTULO II **CAPITAL SOCIAL**

Cláusula Quinta - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), representado por 100.000 (cem mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, que está assim distribuído entre os sócios:

Cláusula Quinta - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), representado por 100.000 (cem mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, que está assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Cotas	%	Valor
COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	99.000	99	99.000,00
MARCELO BOROWSKI GOMES	1.000	1	1.000,00
Total	100.000	100	100.000,00



§1º - Os sócios têm direito de preferência na subscrição dos aumentos de capital da sociedade. A reunião que deliberar o aumento do capital deverá estabelecer um período, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício desse direito de preferência. O não exercício do direito até 30 (trinta) dias após a deliberação, importa em renúncia tácita.

§2º - Se o aumento de capital não for totalmente subscrito dentro do período inicial para subscrição conforme acima mencionado, os sócios que tiverem exercido integralmente o direito de preferência e pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras, deverão automaticamente ter um período adicional de 30 (trinta) dias para o exercício deste direito quanto às cotas não subscritas, que serão rateadas proporcionalmente à sua participação societária, não se computando para esse efeito a participação dos sócios que não exercerem o direito de preferência.

§3º - Em havendo concorrência de interesse, o rateio obedecerá a proporção das participações dos interessados no Capital Social. Eventuais cotas não integralizadas no prazo serão tratadas como sobras.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Cláusula Sexta - A sociedade será administrada pelos não sócios, abaixo qualificados, que por indicação do sócio majoritário, ficam eleitos sob a denominação de Administradores, os quais com amplos poderes de gestão, representarão a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ficando dispensados de prestar caução e tendo sua remuneração fixada de comum acordo entre os sócios.

Parágrafo Único - São indicados pelos sócios para a administração da sociedade:

* **Wagner Giovanini, Diego Souza Galvão, Angelo Emanuel Gomes Bof e Marcelo Borowski Gomes**, ambos qualificados no preâmbulo deste instrumento;

* **Saul Veras Bof** - brasileiro, natural de Osório (RS), nascido em 03.10.1952, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Avenida Bagé, 1344, apto. 1801, Bairro Petrópolis, CEP 90460-080, CI/RG 4002510982 (SSP/RS) e CPF/MF 130.581.180-15;



* **Tomás Escosteguy Petter**, brasileiro, natural de Porto Alegre (RS), solteiro, maior, nascido em 01/04/1981, advogado, OAB/RS 63.931, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Rua Dr. Freire Alemão, 912, apto. 903, Bairro Mont'Serrat, CEP 90450-060, CI/RG 5029340618 (SSP/RS) e CPF/MF 990.544.930-20.

Cláusula Sétima - A eleição e destituição de administradores será sempre feita pelos sócios, que deliberarão na forma prevista neste Contrato.

Cláusula Oitava - Os sócios poderão deliberar a eleição de administradores, inclusive não sócios, em ato em separado. Tal deliberação deverá ser aprovada pela unanimidade dos sócios, se enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços) do Capital Social, após a integralização.

Cláusula Nona - Os administradores eleitos deverão observar todas as disposições deste contrato social, notadamente às competências deliberativas, do colegiado dos sócios, expressas neste Contrato Social.

Cláusula Dez - A representação da sociedade obedecerá ao seguinte:

- I) mediante a assinatura de **um (01) administrador**, a sociedade poderá ser representada perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades estatais, e perante qualquer foro tribunal administrativo ou judicial, podendo ainda firmar correspondências e receber citações judiciais e intimações de qualquer origem ou forma, outorgar procuração para fins judiciais inclusive sem prazo determinado;
- II) mediante a assinatura de **dois (02) administradores**, para todas as demais obrigações ou responsabilidades da sociedade, especialmente para a celebração de contratos de qualquer espécie, para dar e receber quitação, firmar compromissos, desistir e transigir em nome da sociedade, prestar fianças ou avais, ou onerar bens ou direitos do ativo permanente, a venda de bens integrantes do ativo permanente da sociedade, outorgar procuração, sempre com prazo determinado e para fins específicos, excetuado o que consta na letra "a" acima quanto as procurações judiciais; e
- III) a sociedade poderá ser ainda **representada por Procurador**, constituído na forma dos poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, que deverá ser firmado por dois diretores, observado o disposto na alínea "b" supra.



Cláusula Onze - Os diretores reunir-se-ão na sede da sociedade ordinariamente e extraordinariamente quando houver necessidade, mediante convocação.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer Diretor mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, na qual constará a data e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido para até 03 (três) dias úteis. Instruirão obrigatoriamente as convocações os documentos necessários para discussão das matérias objeto da ordem do dia. Considerar-se-á sanada da convocação quando todos os Diretores estiverem presentes à reunião.

CAPÍTULO IV

BALANÇO PATRIMONIAL E DE APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

Cláusula Doze - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, apurando-se assim o resultado do exercício. No caso de apuração de lucros os mesmos serão distribuídos conforme deliberarem os sócios, cabendo a sua distribuição antecipada no decorrer do exercício, ou o valor cabível a cada sócio será levado à conta especial para futuras deliberações.

Parágrafo Único - Os resultados apurados em cada exercício social, poderão ser distribuídos desproporcionalmente às cotas de capital, lavrando-se ata da deliberação, que deverá ficar arquivada na sociedade para todos os fins.

CAPÍTULO V

REUNIÃO DE SÓCIOS

Cláusula Treze - Os sócios necessariamente deverão se reunir para deliberação sobre os seguintes assuntos:

§ 1º - Ordinariamente:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e
- b) fixar a remuneração dos administradores.



§ 2º - Extraordinariamente:

- a) para votar alteração no contrato social;
- b) aprovar e votar o ingresso de sócios, herdeiros e/ou sucessores na sociedade;
- c) morte, retirada ou exclusão de sócio;
- d) dissolução e liquidação da sociedade;
- e) definição da periodicidade dos balanços;
- f) distribuição de resultados;
- g) eleição e destituição de administradores;
- h) criação, extinção e transferência de filiais, sucursais e escritórios;
- i) compra, venda ou oneração de bens integrantes do ativo permanente;
- j) orçamento anual dos investimentos e despesas operacionais; e
- k) planos operacionais.

Cláusula Quatorze - A convocação dos sócios para reuniões, observadas as normas legais aplicáveis, será feita por qualquer dos Diretores, e será por escrito, mediante protocolo pessoal, pelo sistema AR-Aviso de Recebimento dos Correios e Telégrafos e/ou por e-mail com aviso de recebimento, expedida com antecedência mínima de oito (8) dias da data da reunião.

Parágrafo Único - Todas as notificações e correspondências destinadas aos sócios serão enviadas ao último endereço indicado na qualificação do sócio, em documento que contenha sua assinatura. E serão tidas como válidas, para todos os efeitos, quando remetidas para tal endereço.

Cláusula Quinze - As reuniões de sócios se instalarão com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do Capital Social, e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Único - Os sócios somente poderão ser representados nas reuniões por procurador, quando justificadamente impossibilitados de estar presentes. Nesse caso, o procurador deverá ter sido constituído a menos de um ano, e que seja outro sócio ou advogado.

Cláusula Dezesseis - Nas reuniões de sócios as deliberações serão tomadas pelo voto dos sócios que representem:

I) unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, para designação de administradores não sócios;



II) 3/4 (três quartos) do Capital Social, no mínimo, para: a) a modificação do contrato social; b) a incorporação, fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; c) a designação de administradores não sócios; d) destituição de sócio administrador nomeado no contrato social; e) fixação do modo de remuneração dos administradores; f) o pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial; e,

III) maioria do Capital Social, no mínimo, para toda e qualquer deliberação sobre matéria que a lei não exigir quórum superior.

CAPÍTULO VI **DA RESPONSABILIDADE**

Cláusula Dezessete - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CAPÍTULO VII **TRANSFERÊNCIA E ONERAÇÃO DE COTAS**

SEÇÃO I **Direito de Preferência e Venda em Conjunto**

Cláusula Dezoito - Caso qualquer sócio deseje alienar, a que título for, as cotas de que seja titular (o “Sócio Ofertante”) a terceiro ou a outro sócio (o “Interessado Comprador”), deverá notificar os demais sócios (os “Sócios Ofertados”) de sua intenção e dar-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação (a “Notificação”), para que os mesmos informem se:

I) exercerão o direito de preferência para a aquisição das cotas, nos mesmos termos e condições oferecidos pelo “Interessado Comprador” e proporcionalmente as suas respectivas participações societárias (o “Direito de Preferência”); e/ou

II) desejam que o “Sócio Ofertante” inclua as participações societárias dos “Sócios Ofertados” na venda para o Interessado Comprador, nos mesmos termos e condições (a “Venda em Conjunto”).



Cláusula Dezenove - A notificação deverá ser enviada em envelopes lacrados em via original aos “Sócios Ofertados” e conterá o seguinte:

I) a identidade e endereço do “Terceiro Interessado”, comprovação jurídica de sua existência, evidências de sua idoneidade econômico-financeira, bem como, caso o “Terceiro Interessado” seja pessoa jurídica, explicitar a sua composição acionária e/ou societária da cadeia de controle até seu último controlador;

II) cópia da proposta feita pelo “Terceiro Interessado”, da qual deverá constar, necessariamente, a quantidade de cotas que pretende adquirir, a obrigação irrevogável e irretroatável de adquirir as cotas dos “Sócios Ofertados”, conter declaração do “Terceiro Interessado” de que tem pleno conhecimento deste **ACORDO DE SÓCIOS**, bem como seu compromisso incondicional e irrevogável de que aderirá às disposições deste acordo, obrigando-se a cumpri-lo integralmente; e

III) o preço e demais termos e condições constantes da sua oferta, que obrigatoriamente deve ser feita integralmente em moeda corrente nacional.

Cláusula Vinte - Não exercido o direito de preferência ou de venda em conjunto pelos “Sócios Ofertados”, o “Sócio Ofertante” ficará automaticamente autorizado a efetivar a cessão ao interessado comprador, tendo para tanto o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do vencimento dos prazos acima indicados, após o qual a notificação perderá sua eficácia. Se não efetivada a cessão nesse prazo e o “Sócio Ofertante” persistir na intenção de alienar suas cotas, todo o procedimento referente ao exercício do direito de preferência e venda em conjunto terá que ser renovado, mesmo que o “Interessado Comprador” pretendente a adquiri-las seja o mesmo anteriormente indicado.

Cláusula Vinte e Um - Caso qualquer um dos sócios desejar transferir a que título for, as cotas que possuir no Capital Social da sociedade, para outra pessoa jurídica, da qual seja sua controlada ou controladora, poderá fazê-lo sem ficar vinculado à aplicação do Direito de Preferência ou Venda em Conjunto, contanto que a adquirente previamente e por escrito tenha aderido a este Acordo de Sócios, dele tornando-se Parte, bem como que exista anuência dos demais Sócios. Em qualquer caso, deve ficar provada a existência da relação de controle.



SEÇÃO II

Oneração de Cotas

Cláusula Vinte e Dois - Os sócios concordam que qualquer destes somente poderá constituir direito real de garantia sobre suas cotas se houver prévia anuência de sócios titulares de 100% (cem por cento) do Capital Social.

§ 1º - Para obter autorização prevista no supra item acima (caput) o sócio interessado em onerar suas cotas deverá enviar às demais partes os documentos ou minutas finais de contratos pertinentes, que deverão obrigatoriamente refletir as condições do empréstimo ou financiamento.

§ 2º - Se as cotas de qualquer sócio forem penhoradas, sequestradas ou arrestadas, ficará este obrigado a substituir tais cotas por outro bem no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data de constituição do gravame. Não cumprindo tal obrigação, os demais sócios terão o direito de adquirir as cotas, proporcionalmente, às suas respectivas participações societárias, ficando o sócio que deu causa ao fato, a obrigação de vendê-las pelo valor que for apurado no Balanço Especial, que será levantado para tal fim, a ser apurado com base na data da constituição do gravame.

Cláusula Vinte e Três - Fica expressamente vedada a constituição de usufruto sobre quaisquer cotas.

SEÇÃO III

Morte, Falência, Interdição, Insolvência Civil, Ausência ou Retirada

Cláusula Vinte e Quatro – Em caso de morte, interdição, ou insolvência civil de algum sócio a sociedade continuará suas atividades, sendo o sócio falecido, interditado ou insolvente substituído pelos seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, mediante Balanço Especial a ser levantado, observado o que adiante segue.

Cláusula Vinte e Cinco - O Balanço Especial será levantado dentro do prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados, conforme o caso:



I) da data do trânsito em julgado da sentença que declarou a falência, insolvência civil, ausência ou a interdição do sócio; e

II) da data do trânsito em julgado da sentença prolatada nos autos da ação de Inventário e Partilha ou expedição de Título Jurídico equivalente, o que ocorrer primeiro.

Cláusula Vinte e Seis - O sócio que exercer o direito da retirada da sociedade, nos termos das normas que regem as sociedades limitadas e supletivamente as sociedades por ações, terá seus haveres calculados com base no Balanço Especial cuja data-base será a da data em que a sociedade tomou conhecimento da intenção do sócio de exercer seu direito de retirada.

§1º - O pagamento das cotas ou dos haveres do sócio, ou que for aplicável, será feito em 24 (vinte e quatro) prestações iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira vencerá 30 (trinta) dias após a data de elaboração do Balanço Especial.

§2º - A sociedade ou os sócios interessados em adquirir as cotas do sócio, insolvente e/ou interditado deverão notificar os representantes legais e/ou sucessores, o que for aplicável, de sua intenção de compra no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fato que gerou a venda compulsória das cotas.

§3º - Caso os sócios não exerçam a preferência para a aquisição das cotas do sócio falecido, insolvente e/ou interditado, tais cotas deverão ser ofertadas a terceiro, tendo os demais sócios o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do término do prazo previsto na *Cláusula Vinte e Seis*, § 2º, supra, para indicar o nome do terceiro interessado na aquisição destas cotas sob pena de partilha das mesmas entre os herdeiros e/ou interessados.

SEÇÃO IV

Disposições Gerais

Cláusula Vinte e Sete - O disposto neste *Capítulo VII* será também plenamente aplicável a quaisquer cotas ou partes ideais, representativas do capital da sociedade, ou atinentes ao capital da sociedade, que forem adquiridas, no futuro, por qualquer um dos sócios, seja a que título for.



Cláusula Vinte e Oito - Serão nulos de pleno direito, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, todos os atos que vierem a serem eventualmente praticados por qualquer dos sócios tentando transferir quaisquer das cotas sem obedecer, integralmente e rigorosamente os procedimentos estabelecidos *neste Capítulo*.

Cláusula Vinte e Nove - Os sócios obrigam-se, também, a não celebrar com terceiros qualquer tipo de pré-contrato ou acordo de sócios (i.e., promessas de venda, opções de compra, etc.) envolvendo as cotas ou direitos a elas inerentes, exceto se de comum acordo.

CAPÍTULO VIII **FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO**

Cláusula Trinta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, na forma do *Capítulo VII retro*. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um sócio.

CAPÍTULO IX **EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

Cláusula Trinta e Um - A sociedade será extinta por deliberação e aprovação de no mínimo $\frac{3}{4}$ dos votos do Capital Social, tendo seus bens, haveres e obrigações avaliados na forma do *Capítulo VII*, através da elaboração de um Balanço Patrimonial a ser apurado em prazo não superior a 30 dias a contar da data oficial do encerramento das atividades, passando os bens, haveres e obrigações para a propriedade, posse ou responsabilidade de cada um dos sócios, na proporção de suas cotas sociais e pelo valor do Patrimônio Líquido da sociedade.

CAPÍTULO X **DÚVIDAS E/OU OMISSÕES CONTRATUAIS**

Cláusula Trinta e Dois - Aos casos omissos ou dúvidas serão aplicados os dispositivos legais vigentes. Fica eleito o foro da câmara arbitral da FIESP (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões que tiverem origem no presente contrato, submetendo-se os sócios à legislação de mediação e arbitragem.



Cláusula Trinta e Três - Os casos omissos no presente contrato serão regulados de conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis às Sociedades Limitadas.

CAPÍTULO XI **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Cláusula Trinta e Quatro - Os administradores, **MARCELO BOROWSKI GOMES, WAGNER GIOVANINI, TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER, DIEGO SOUZA GALVÃO, SAUL VERAS BOF e ANGELO EMANOEL GOMES BOF** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade ou atividades do comércio, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Trinta e Cinco – Os sócios e os administradores ora signatários deverão respeitar o pacto de não concorrência estipulado em ACORDOS ENTRE SÓCIOS.

Cláusula Trinta e Seis - A sociedade observará os **ACORDOS ENTRE SÓCIOS** que forem arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora das reuniões dos sócios acatar declaração de voto de qualquer sócio signatário de acordo de sócios arquivado na sede social, quando proferida em desacordo com o que estiver ajustado no referido ACORDO.

Cláusula Trinta e Sete - É vedado à sociedade aceitar e proceder a transferência de titularidade de cotas e/ou oneração delas e/ou cessão dos direitos de preferência que não respeitar o disposto neste Contrato, ou naquilo que estiver previsto e regulado em ACORDO DE SÓCIOS.

CAPÍTULO XII **DAS CONDIÇÕES DE REFORMA**

Cláusula Trinta e Oito - O presente Contrato Social será reformado mediante a aprovação de no mínimo 3/4 dos votos do Capital Social.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em via única, conjuntamente com as testemunhas instrumentais.

Porto Alegre (RS), 30 de Maio de 2018.

COMPLIANCE TOTAL TREINAMENTOS CORPORATIVOS LTDA.
Sócia

Wagner Giovanini
Diretor

Diego Souza Galvão
Diretor

Angelo Emanuel Gomes Bof
Diretor

MARCELO BOROWSKI GOMES
Sócio

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO ADMINISTRADORES:

Wagner Giovanini

Marcelo Borowski Gomes

Tomás Escosteguy Petter

Saul Veras Bof

Diego Souza Galvão

Angelo Emanuel Gomes Bof





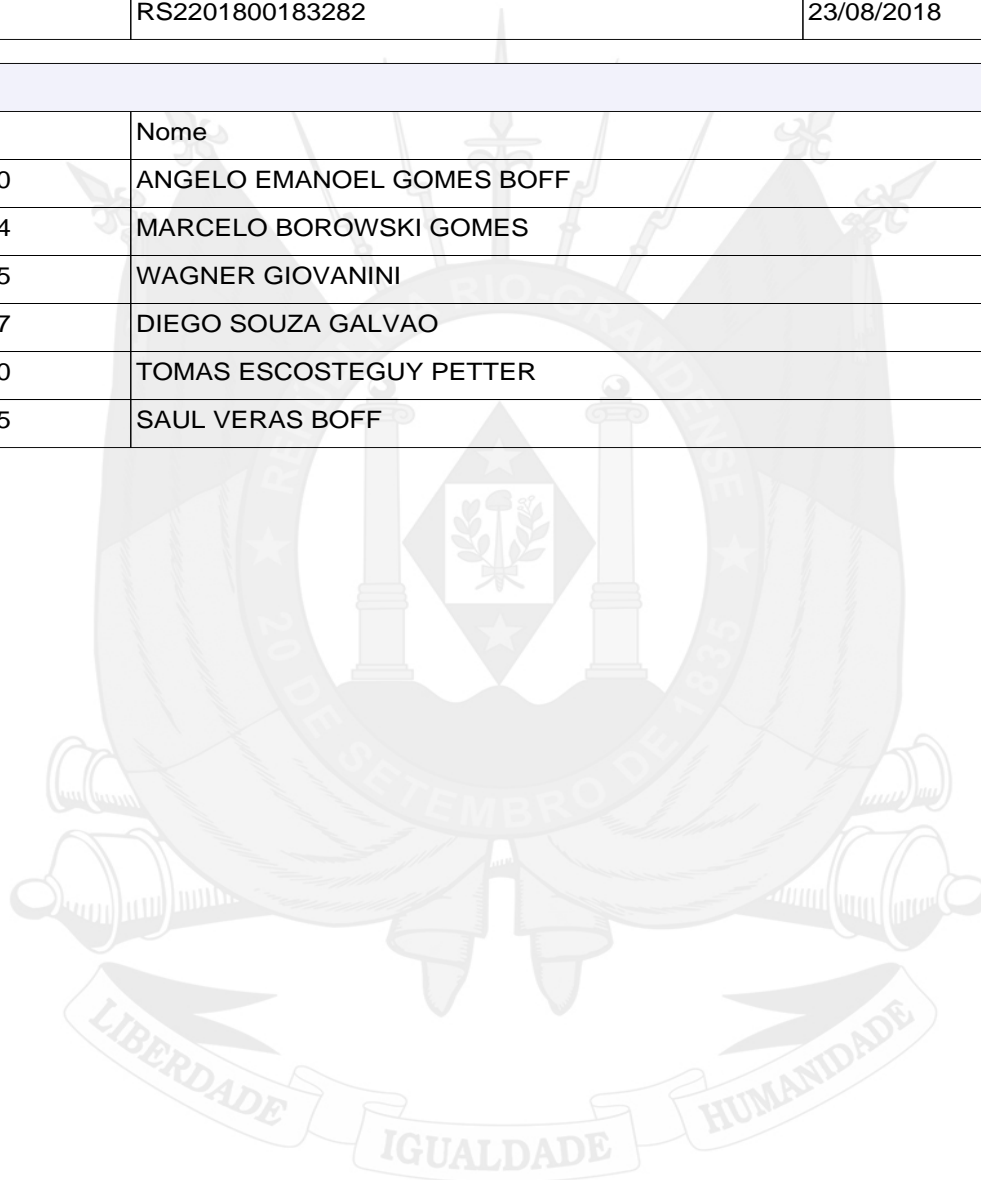
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Número do	Número do Processo Módulo	Data
18/387.728-4	RS2201800183282	23/08/2018

CPF	Nome
007.345.110-00	ANGELO EMANOEL GOMES BOFF
629.044.509-04	MARCELO BOROWSKI GOMES
090.732.418-55	WAGNER GIOVANINI
984.702.640-87	DIEGO SOUZA GALVAO
990.544.930-20	TOMAS ESCOSTEGUY PETTER
130.581.180-15	SAUL VERAS BOFF



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4850820 em 25/09/2018 da Empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., Nire 43207916573 e protocolo 183877284 - 18/09/2018. Autenticação: E3D6341E383FE2DD8B3E11AA115641442322889D. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 18/387.728-4 e o código de segurança uXFR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/09/2018 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.


CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 17/19



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., de nire 4320791657-3 e protocolado sob o número 18/387.728-4 em 18/09/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 4850820, em 25/09/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gladys Helena Lagrega Moreira.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Cleverton Signor. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
007.345.110-00	ANGELO EMANOEL GOMES BOFF

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
007.345.110-00	ANGELO EMANOEL GOMES BOFF
629.044.509-04	MARCELO BOROWSKI GOMES
090.732.418-55	WAGNER GIOVANINI
984.702.640-87	DIEGO SOUZA GALVAO
990.544.930-20	TOMAS ESCOSTEGUY PETTER
130.581.180-15	SAUL VERAS BOFF

Porto Alegre. Terça-feira, 25 de Setembro de 2018

Cleverton Signor:592.682.630-68

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4850820 em 25/09/2018 da Empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., Nire 43207916573 e protocolo 183877284 - 18/09/2018. Autenticação: E3D6341E383FE2DD8B3E11AA115641442322889D. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 18/387.728-4 e o código de segurança uXFR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/09/2018 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 18/19

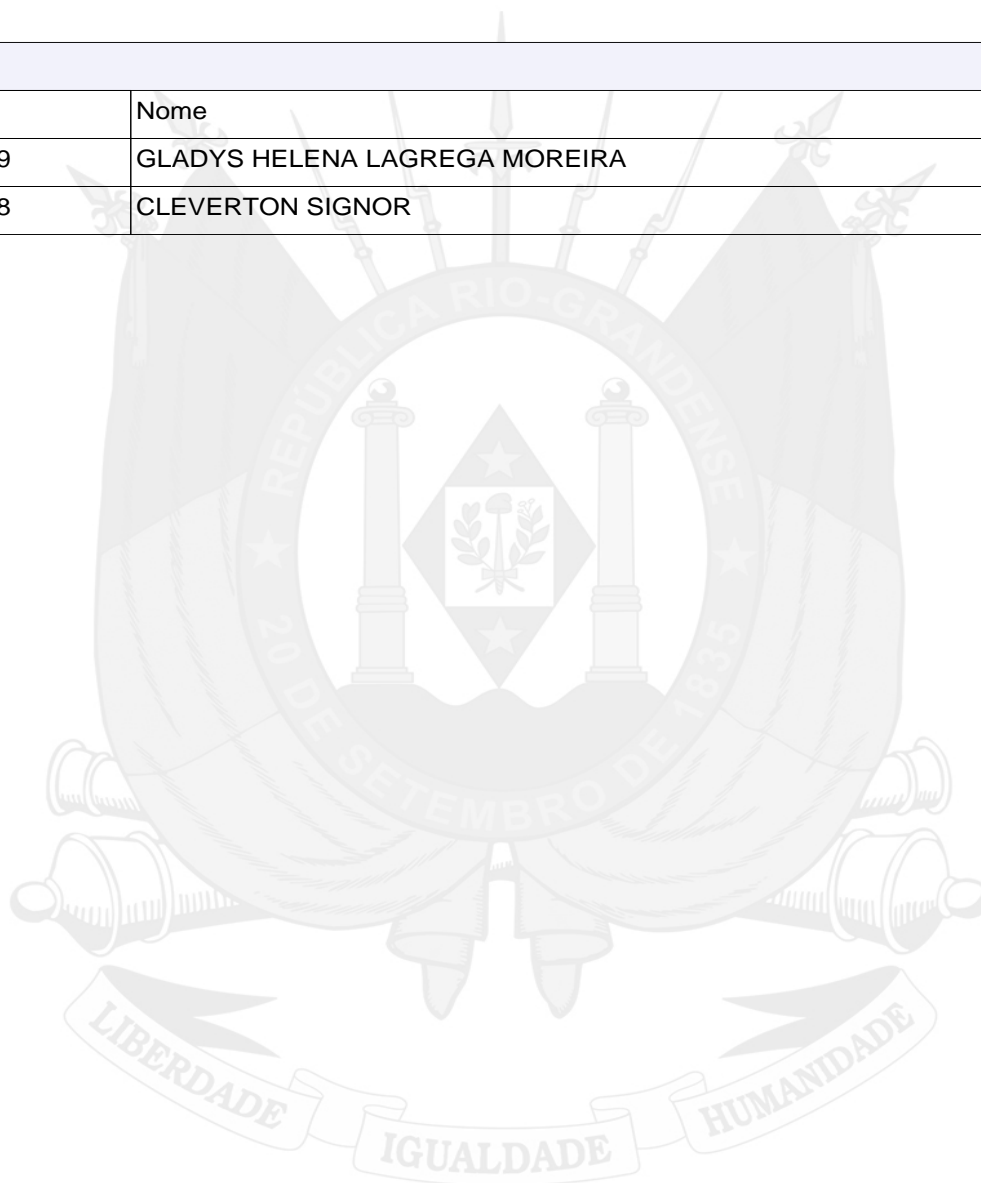


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

CPF	Nome
437.065.500-59	GLADYS HELENA LAGREGA MOREIRA
592.682.630-68	CLEVERTON SIGNOR



Porto Alegre. Terça-feira, 25 de Setembro de 2018



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4850820 em 25/09/2018 da Empresa CTC CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA., Nire 43207916573 e protocolo 183877284 - 18/09/2018. Autenticação: E3D6341E383FE2DD8B3E11AA115641442322889D. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 18/387.728-4 e o código de segurança uXFR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/09/2018 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL